



2º PNE – 2011-2020- Financiamento da educação Seminário estadual para debate. Porto Alegre: 27/06/2011.

Darcy Francisco Carvalho dos Santos

Economista e contador

Junho/2011

www.DarcyFrancisco.com.br

Aplicação de recursos públicos em educação

- Atual: 5% (diversas fontes)
- 2º PNE: 7% progressivamente (Meta 20). Aumento de 40%.
- CONAE: 10% até 2014 (Brasília, março/abril/2010).
Dobrar em 3 anos.

Aplicação em educação, em % do PIB (países selecionados)

Ordem	Países	PIB %	Ordem	Países	PIB %
1	China	1,9	15	Canadá	5,2
2	Uruguai	2,9	16	Estados Unidos	5,3
3	Índia	3,2	17	África do Sul	5,4
4	Indonésia	3,2	18	México	5,4
5	Chile	3,2	19	Áustria	5,4
6	Argentina	3,8	20	Portugal	5,5
7	Rússia	3,8	21	França	5,7
8	Paraguai	4,0	22	Bolívia	6,4
9	Brasil	4,0	23	Noruega	7,2
10	Espanha	4,2	24	Dinamarca	8,3
11	Austrália	4,5	25	Botswana	8,7
12	Coréia do Sul	4,6	26	Cuba	9,1
13	Alemanha	4,6	27	Yemen	9,6
14	Japão	4,9		Média	5,2

Fonte: Amaral, Nelson Carneiro - doutor em educação. Apud UNESCO, 2010 e EUA, CIA, 2010.

Como medir a aplicação de recursos em educação?

3 itens fundamentais:

- Percentual do PIB aplicado em educação
- Valor do PIB
- Quantidade de pessoas em idade educacional

Fonte:

“O novo PNE e o Financiamento da Educação no Brasil”.

Artigo de Nelson Cardoso do Amaral, publicado em março de 2011 no III Seminário de Educação Brasileira. Campinas-SP.

Recursos financeiros aplicados por pessoa em idade educacional

RANKING	PAÍSES	%PIB	% POPULAÇÃO EM IDADE EDUCACIONAL	US\$ POR PESSOA EM IDADE EDUCACIONAL
1	YEMEN	9,6	51	473
2	ÍNDIA	3,2	42	236
3	PARAGUAI	4,0	39	408
4	BOLÍVIA	6,4	42	695
5	INDONÉSIA	3,2	33	395
6	CHINA	1,9	30	419
7	BRASIL	4,0	45	959
21	ESPAÑA	4,2	22	6.477
22	AUSTRÁLIA	4,5	25	6.969
23	ALEMANHA	4,6	22	7.187
24	JAPÃO	4,9	20	7.862
25	EUA	5,3	28	8.816
26	ÁUSTRIA	5,4	23	9.346
27	NORUEGA	7,2	27	15.578
MÉDIA	27 PAÍSES	5,2		4.456
	13 PAÍSES (-30)	5,3		7.953

Fonte: Amaral, Nelson Carneiro- Apud UNESCO, 2010 e EUACIA, 2010.

Recursos aplicados por pessoa em idade educacional

PAÍSES	POR ALUNO	RELATIVO
13 PAÍSES COM MENOR DESAFIO EDUCACIONAL: MENOS DE 30% DA POPULAÇÃO EM IDADE EDUCACIONAL	US\$ 7.953	8,4
27 PAÍSES SELECIONADOS	US\$ 4.456	4,6
BRASIL	US\$ 959	1,0

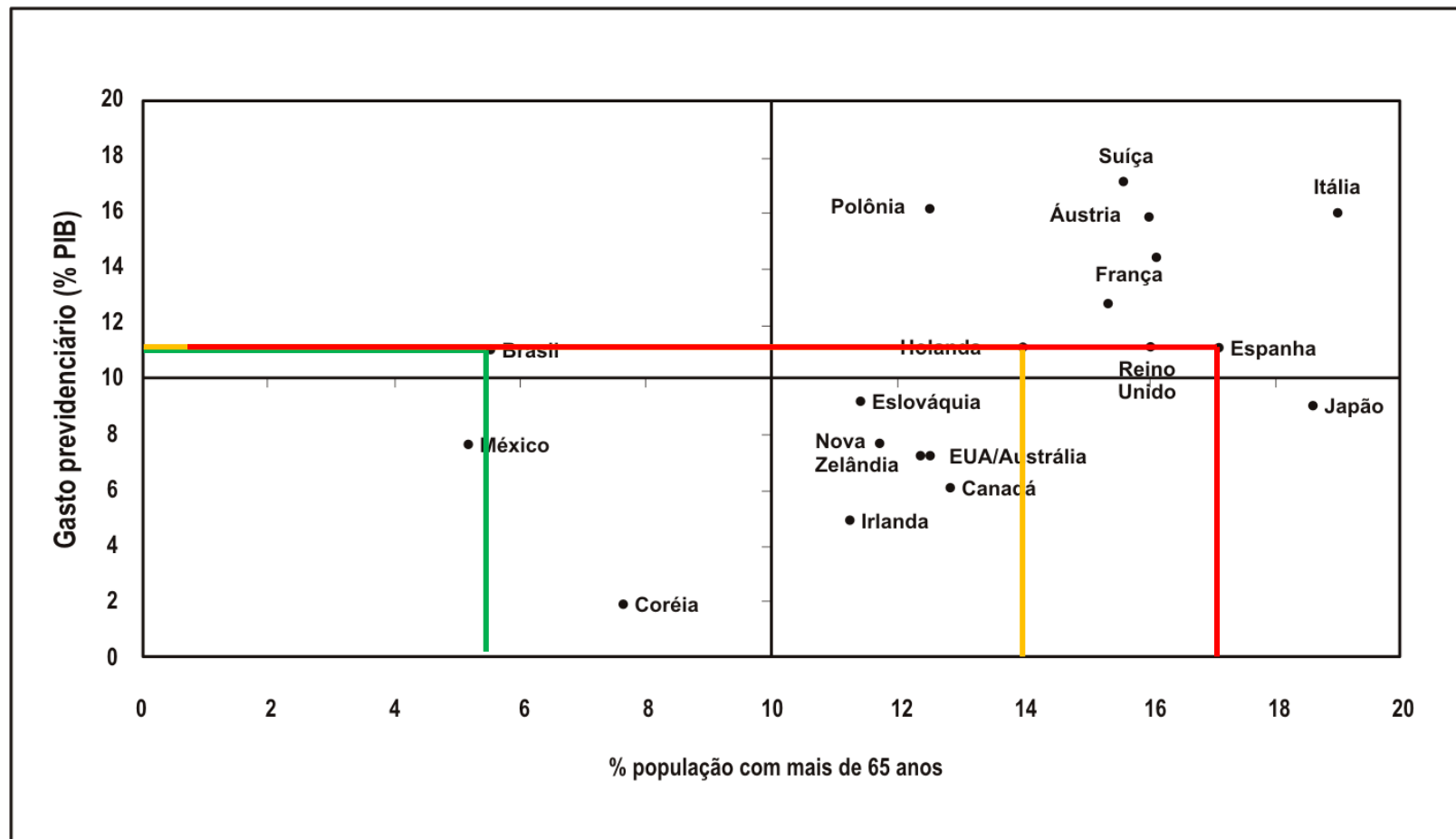
US\$ por pessoa em idade educacional, aplicando 7% do PIB (*) entre 2011-2050

ANO	POPULAÇÃO EM IDADE EDUCACIONAL	% DA POPULAÇÃO TOTAL	US\$ POR PESSOA EM IDADE EDUCACIONAL
2011	82 milhões	42%	1.946
2020 (final II PNDE)	75 milhões	36%	2.855
2030 (final III PNDE)	65 milhões	30%	4.132
2040 (final IV PNDE)	58 milhões	26%	5.437
2050 (final V PNDE)	51 milhões	24%	6.865
(*)Projeção do Ministério da Fazenda.			

Posição do Brasil atual e aplicando 7% do PIB em educação em relação a 27 países selecionados

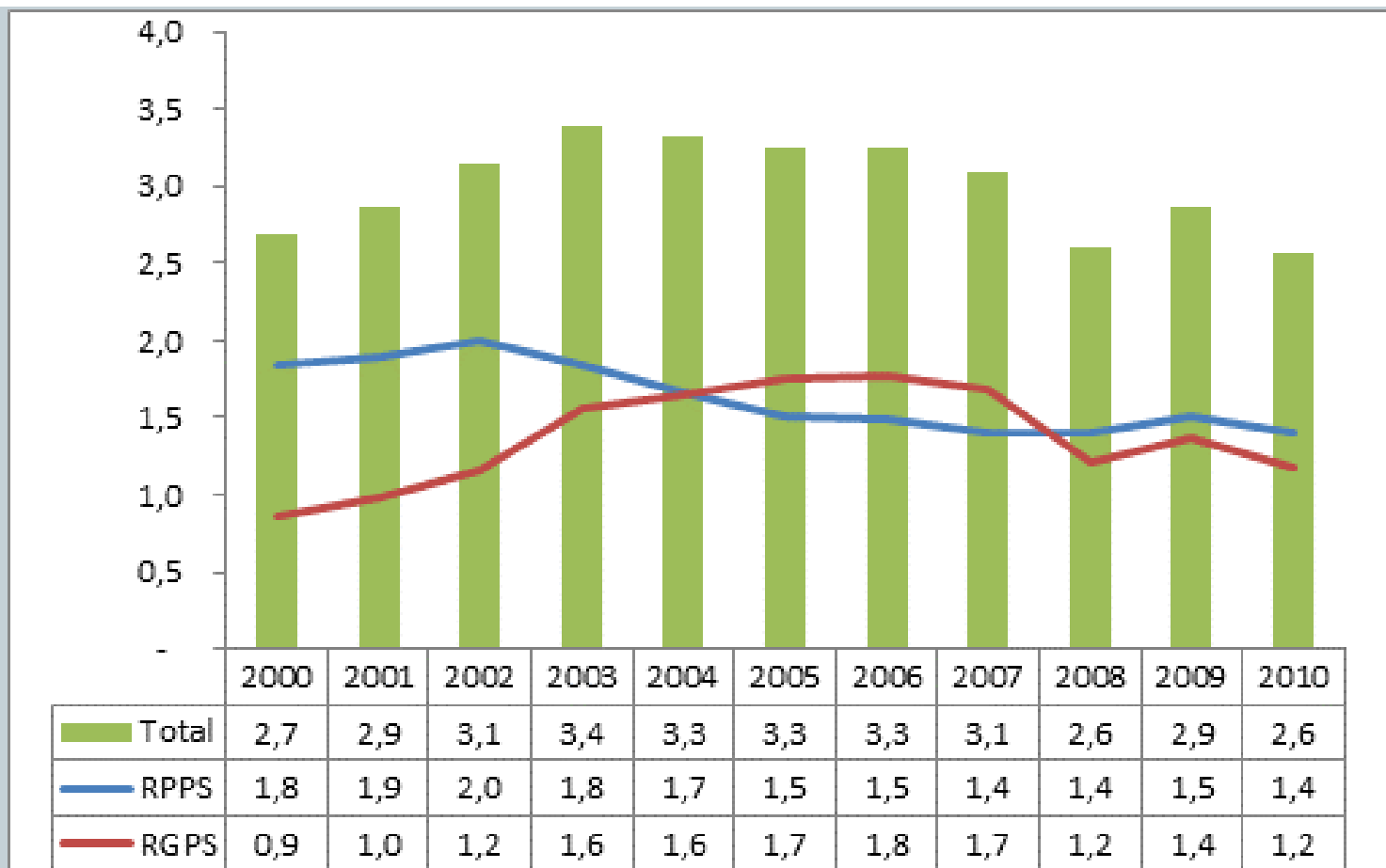
ANO	BRASIL	MÉDIA DOS PAÍSES SELECIONADOS	
		27 PAÍSES	COM MENOR DESAFIO EDUCACIONAL (13 P.)
ATUAL	959	22%	12%
2011	1.946	44%	24%
2020	2.855	64%	36%
2050	6.865	154%	86%

Gasto previdenciário (% PIB) versus porcentagem da população com mais de 65 anos












Fonte: Banco Mundial, OECD e STN/Ministério da Fazenda. Extraído de Pinheiro, Armando Castelar e Giambiagi, Fabio *Rompendo o marasmo - a retomada do desenvolvimento no Brasil*. Editora Campus/Elsevier, 2006, Gráfico 6.3

Déficit previdenciário da União em % do PIB



Idade de aposentadoria em alguns países

Países	Homens	Mulheres
 Estados Unidos (*)	67	67
 Dinamarca	67	67
 Espanha	65	65
 Islândia	67	67
 Noruega	67	67
 Portugal	65	65
 México	65	65
 Argentina	65	60
 Chile	65	60

Fonte: Giambiagi, Fábio. Reforma da Previdência, p.189.

(*) Em 2007.

Pensão por morte

- O Brasil: 3,2% do PIB, Países da OCDE: 0,8% . Países com condições populacionais semelhantes às do Brasil: 0,2%.

No Brasil a pensão por morte possui as seguintes características:

- Caráter vitalício
- Independe da situação econômica do beneficiário
- Não se condiciona a qualquer limite de idade
- Pode ser acumulada com qualquer outro benefício previdenciário
- Corresponde a 100% do benefício do aposentado ou do valor do salário de contribuição até o teto do RGPS, mais 70% do excedente.
- Custo integralidade no RS: R\$ 500 milhões/mês e R\$ 4 bilhões em precatórios judiciais.
- Não se extingue com o novo casamento.
- **Observação:** No caso da pensão por morte o que importa é a expectativa de vida do cônjuge.

Despesa primária do Governo Central em % do PIB

Ano	Transfer. Est/Munic.	Pessoal	INSS (2)	Outras	Despesa primária	PIB 4 anos média
1991	2,65	3,80	3,36	3,90	13,71	
1994	2,55	5,14	4,85	3,96	16,50	2,6
1998	2,91	4,56	5,45	5,04	17,96	2,5
2002	3,80	4,81	5,96	4,94	19,51	2,1
2006	3,99	4,52	7,13	5,60	21,24	3,5
2010	3,85	4,55	6,97	6,45	21,82	4,6
Var. pp	1,20	0,75	3,61	2,55	8,11	3,1
Fonte: STN - Resultado fiscal do Governo Central.						

**Juros nominais, resultado primários e resultado nominal
médias anuais de cada período**

Em R\$ 1.000,00 atualizados pelo IPCA.

Períodos	Juros nominais	Resultado primário	R.Nominal (Juros não pagos)	Res.primário/juros (*)
1997-2002	(81.395)	30.184	(51.211)	39,9%
2003-2010	(136.239)	65.801	(70.439)	50,3%
1997-2002	3,7%	1,3%	-2,4%	
2003-2010	4,6%	2,2%	-2,4%	

Fonte dos dados brutos: STN - Resultado Fiscal do Governo Central.

(*) Média aritmética de oito anos, com sinal trocado.

Vinculações da União e DRUs

ESPECIFICAÇÃO	SEM AS "DRUS" (*)	%
1. Receita total	630.219,9	100,0
2. Vinculações	519.282,5	82,4
2.1. Seguridade social	340.076,2	54,0
2.2 - Outras orçamento fiscal	179.206,3	28,4
2.2.1 - Entes subnacionais	105.039,5	16,7
2.2.2 - Outras despesas e órgãos	74.166,8	11,8
3. Receitas livres de vinculação (1-2)	110.937,4	17,6
4. Juros	119.046,0	18,9
4.1 - Pagos	59.607,0	9,5
4.2 - Incorporados à dívida	59.439,0	9,4
5. DRUs	35.843,1	5,7

Fonte: Ministério do Planejamento e Secretaria do Tesouro Nacional.

Situação previdenciária do Estado do RS

- Déficit previdenciário de R\$ 4,7 bilhões mais obrigação patronal de R\$ 1,4 bilhão, totalizando R\$ 6,1 bilhões. Crescimento anual: 5,4%.
- Maior crescimento na educação: 33% da despesa com inativos em 1999 e 41% em 2009. Relação despesa ativos/inativos: 100 para 150.
- Transferência de recursos da educação para a previdência: 1975/78: Educação 26,5% e previdência 13,1%. 2007/2010: 30% previdência e educação 10,5%.

Os grandes dilemas

- Reforma da previdência insuficiente e ainda com efeito retardado. Regras muito pródigas.
- Tendência de crescimento dos gastos previdenciários nos estados e municípios. Estados: 13% da RCL; RS: 31%.
- Necessidade de aplicar mais recursos em saúde. Regulamentação da Emenda 29/2000.
- Carga tributária já alta: 25,3% (1993) e 34,7% (2010).
- Alta vinculação da receita na União e nos estados.

Algumas alternativas

- As proposições da meta 20 do Plano são vagas e não apresentam propriamente incremento de recursos.
- Como os estados aplicam mais que os percentuais da CF (27% em média) e a carga tributária já é alta, os recursos adicionais devem ser buscados na redução de outras aplicações, sendo a principal a previdência. Isso, porém, depende de reforma.
- Destinação do máximo possível dos recursos do pré-sal, assim como dos *royalties* sobre minerais e combustíveis, etc.
- Buscar a participação da iniciativa privada.

Conclusão

- A economia é formada por *trade-offs* (conflito de escolhas), em que se abre mão de alguma coisa em favor de outra.
- E o nosso grande *trade-off* está entre aplicar menos em previdência para aplicar mais em educação, condição inafastável para o desenvolvimento e para a própria manutenção da previdência no futuro.
- Ou então deixemos tudo como está e seremos sempre o país do futuro, só que esse futuro nunca chegará.